

revista Eptic

v. 28, n. 1, jan.-abr., 2026
ISSN: 1518-2487

Apresentação do Dossiê Temático "Economia política das plataformas digitais: transformações no capitalismo e respostas de diferentes países"

Helena Martins e Rodrigo Moreno Marques



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Escrevemos esta apresentação do Dossiê Temático “Economia política das plataformas digitais: transformações no capitalismo e respostas de diferentes países” em um momento em que se discute o manifesto lançado pela Palantir, empresa de tecnologia à CIA, em que defende uma aliança estreita entre o desenvolvimento tecnológico e a ascensão do fascismo. Trata-se não apenas de um discurso tecnofascista, mas de um exemplo da centralidade que as tecnologias da informação e da comunicação adquiriram na contemporaneidade e do papel que os donos das corporações que as controlam passam a ter - no caso, inclusive na proposição de ações do Estado, especialmente de caráter militar.

Em um passado recente, muito se especulou, inclusive em circuitos teóricos e políticos progressistas, sobre como as tecnologias poderiam levar à superação de problemas sociais. O que fica evidente neste momento é, ao contrário, que a forma atual das tecnologias informacionais, delineada a partir de corporações e governos capitalistas e associada ao momento de aprofundamento da crise do capital, é parte intrínseca da crise do sistema, não sua solução.

A Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura tem apontado que as transformações socioeconômicas em curso com a emergência das plataformas digitais expressam as transformações estruturais que envolvem monopolização, concentração e centralização de capital, estagnação do crescimento em países centrais, desigualdades crescentes, instabilidade financeira, crise ecológica, vigilância massiva e disputas por soberania nacional. Embora esse processo não ocorra sem resistências, há tendências hegemônicas associadas à intensificação e precarização do trabalho, à constituição de uma esfera pública fragmentada, à ampliação de mecanismos de vigilância e controle social, ao reforço das mais diversas opressões, à deterioração do meio ambiente e ao aniquilamento de culturas tradicionais.

Marx posicionou a tecnologia no centro do processo de desenvolvimento do capital a partir de sua dinâmica de valorização do valor baseada na extração de mais valor por meio da exploração da força de trabalho, tanto na forma de mais valor absoluto como de mais valor relativo, em um processo que envolve produção, circulação e consumo. “A maquinaria desde o início amplia, juntamente com o material humano de exploração, ou seja, com o campo de exploração propriamente dito do capital, também o grau de exploração” (Marx, 2013, p. 469). Isso não pela tecnologia exclusivamente, mas dada a forma social de exploração desse meio, sua aplicação capitalista.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação no contexto da atual reestruturação produtiva também tem esse objetivo. No caso, incide na produtividade de um tipo de trabalho coletivo altamente especializado e complexo. Esse tipo de trabalho, capaz de dar origem a uma infinidade de outras aplicações produtivas, gera impactos sobre praticamente todos os setores da economia. A tônica desse processo é a ampliação da integração da tecnologia, da informação e do conhecimento ao capitalismo, que mantém e aprofunda a divisão internacional do trabalho e, de forma geral, engendra profundas transformações culturais e políticas, além da já mencionada destruição ambiental, devido à lógica do consumo e da conectividade permanentes, o que demanda energia e água.

Assim, as transformações tecnológicas, da revolução microeletrônica à inteligência artificial, não são fenômenos autônomos, mas constituem uma tentativa de resposta do capital a esse conjunto de crises, com vistas à manutenção do processo de acumulação. Ao contrário do que diz a retórica das corporações digitais, as plataformas, como instrumentos de agentes econômicos monopolistas,

não atuam apenas como intermediárias entre produtores, cidadãos tratados como consumidores, anunciantes e outros grupos. Na verdade, atuam como vetores de reorganização do capital, viabilizando a concentração da produção social (Martins; Bolaño, 2025) em torno de pouquíssimas corporações e Estados e seus desdobramentos.

Como nem todo capital consegue acompanhar essas mudanças, o que resulta na reprodução de antigas relações de dependência nacional e na criação de novas relações de dependência no nível macroeconômico. Devemos acrescentar, ainda, outro ponto importante: o constante processo de concentração e centralização de capital. Uma forte concentração de capital acelera a absorção das empresas mais fracas e, inversamente, a centralização faz crescer a acumulação do capital individual e, conseqüentemente, agrava o processo de concentração. Como se não bastasse, as plataformas digitais têm ampliado as dinâmicas especulativas do capital fictício.

As plataformas reorganizam, com isso, a estrutura da mediação social, dado seu controle transnacional e poder significativo sobre diversas relações sociais, inclusive a produção e a circulação de conteúdos associados a novas formas de manipulação, dominação simbólica e ideológica. Além disso, no contexto das guerras contemporâneas, as tecnologias de última geração estão associadas a complexos industriais-militares que são produtos e produtores de governos reacionários e que contam com elas para ampliar a vigilância em geral e os atos de guerra, como ocorre na Palestina.

Toda essa situação geral incide de forma distinta nos diferentes países, tendo em vista a desigual divisão internacional do trabalho que está em curso. Um profundo impacto dessas dinâmicas contemporâneas no mundo do trabalho parece estar em andamento, mas ainda difícil de apreendê-lo em toda sua complexidade. Nessa quadra da história, que é tipicamente capitalista e não tecnofeudalista, como corretamente aponta Alfredo Saad Filho em entrevista publicada nesta edição, as plataformas são parte da crise e não a solução para ela.

Importante ter em vista como a crise estrutural capitalista e a atuação das plataformas se manifestam nos países latino-americanos, dada a histórica dependência tecnológica da região, a apropriação da riqueza e a exploração de mão de obra e bens naturais por grandes corporações globais, o que amplia os riscos das já frágeis soberanias nacionais e dos regimes regulatórios. Isso fica evidente nas ameaças de Donald Trump em relação aos países, inclusive o Brasil, que têm debatido ou adotado novas regulações sobre plataformas, Inteligência Artificial e outras tecnologias. Também são emblemáticas as reações e políticas nacionais de países como a China diante dessa complexa realidade.

Longe de esgotar a compreensão dos temas que pautam o tempo presente, este Dossiê Temático *Economia política das plataformas digitais: transformações no capitalismo e respostas de diferentes países* se propõe a abordá-los de diferentes perspectivas críticas. Convidamos os(as) leitores(as) da Revista Eptic a conhecer os artigos desta nova edição que ora publicamos, além de um instigante conjunto de textos na seção *Artigos e Ensaios*.

Boa leitura!

Helena Martins e Rodrigo Moreno Marques

Bibliografia

MARTINS, Helena; BOLAÑO, César. **Para uma crítica da economia política das plataformas digitais**. Aracaju: Obscom, 2025. Relatório de pesquisa de pós-doutorado.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política [Livro I]. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.